

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (1935-1939)

Sonia de Castro Lopes *

Resumo: Este estudo tem por objetivo investigar a formação dos professores secundários de História na Universidade do Distrito Federal, instituição criada na cidade do Rio de Janeiro por iniciativa de Anísio Teixeira, em abril de 1935, e extinta em janeiro de 1939. Reflete sobre o projeto original de formação docente que defendia um modelo integrado entre o curso de conteúdos específicos e a formação profissional. Observa as mudanças curriculares implantadas durante a breve existência dessa Universidade que acabaram por privilegiar a formação de especialistas, ao apartar o curso de conteúdos das disciplinas pedagógicas, e conclui que este modelo permanece ainda hoje nas universidades brasileiras. Apóia-se nos estudos de Ivor Goodson sobre teoria do currículo e utiliza como fontes documentais atos administrativos e matrizes curriculares do referido curso.

Palavras-chave: Universidade do Distrito Federal, formação de professores secundários, curso de História.

THE EDUCATION AND QUALIFICATION PROCESS OF HISTORY TEACHERS AT THE UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (BRAZIL) – 1935 TO 1939

Abstract: This study aims to investigate the qualification process of secondary education History teachers at the Federal District University, an institution founded in the city of Rio de Janeiro, as a consequence of Anísio Teixeira's efforts, in April 1935 and closed down in January 1939. It discussed the original teacher education and qualification project, which argued for a syllabus model that integrated specific contents to professional qualification. It also discusses the changes that the curriculum went through during the brief period in which this university operated, highlighting the fact that such changes, however, led to the qualification of experts as they did not tackle the content of pedagogic disciplines. Based on Ivor Goodson's studies about curriculum theory and on administrative documents and curriculum frameworks of the referred course, this study concludes that this model is still largely adopted by Brazilian universities.

Key words: The Federal District University (Universidade do Distrito Federal), secondary education teacher qualification, History course.

Esta comunicação apresenta e discute a formação dos professores secundários de História na Universidade do Distrito Federal. Criada na cidade do Rio de Janeiro em 1935,

* Doutora em Educação Brasileira, professora adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ e pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES/UFRJ). O presente texto resulta da pesquisa sobre a *História da formação docente na cidade do Rio de Janeiro* com o financiamento da FAPERJ.

essa *universidade de professores* (MENDONÇA, 2002), buscava concretizar a idéia contida no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) segundo a qual todos os professores, independentemente do nível em que atuassem, deveriam realizar sua formação em cursos universitários, em contato íntimo com a pesquisa e produção do conhecimento.¹

Constata-se, ainda hoje, na universidade brasileira a persistência de dicotomias entre os cursos de bacharelado e licenciatura. Ao que parece, o antigo modelo formativo desenvolvido na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, denominado por especialistas de “modelo 3+1”, pouco se alterou até agora.

Tomar o curso de história como modelo para as reflexões que procuro desenvolver significa não apenas levantar questões que contribuem para apreender a complexidade deste campo disciplinar no momento em que ele se constitui no espaço universitário, mas, especialmente, para pensar as condições históricas que acabam por possibilitar a hegemonia de determinados projetos educacionais em detrimento de outros. Para tanto, tornou-se necessário compreender o modelo inicial de formação docente pensado para a UDF, bem como as mudanças instituídas durante o breve período de sua existência. As fontes documentais que servem ao presente estudo compõem-se fundamentalmente de atos administrativos (Instruções) e matrizes curriculares, nas quais procurei observar transformações que constituíssem indícios de concepções distintas sobre o processo de formação docente.

Nesse sentido foi de grande utilidade a leitura de Ivor Goodson (1995) e suas observações sobre a importância de compreender as lutas que precedem e acompanham a definição dos currículos, vistos pelo autor como *construções* ou *tradições inventadas* (HOBSBAWM e RANGER, 1984) que sempre obedecem a prioridades políticas e sociais.

Se o currículo escrito é um testemunho visível, público e também uma escolha que justifica e/ou legitima determinada proposta educacional, torna-se pertinente analisar, ainda sob o escopo teórico, a idéia de *projeto*. Nesta perspectiva, agrega-se a contribuição de Gilberto Velho (1994) para quem o projeto é “resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito” (p. 103).

¹ A UDF compunha-se das seguintes unidades: Escola de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes, além das instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural. Conforme artigo 3º do Decreto de criação da Universidade do Distrito Federal: Decreto nº.5.513, de 4 de abril de 1935. Esta organização se manteve até a reorganização da Universidade pelo Decreto nº. 6.215, de 21 de maio de 1938, que modifica, inclusive, a denominação das Escolas.

Assim, a adesão a um projeto quase sempre implica reconhecer limitações e conflitos, bem como disposição para negociar e articular interesses e aspirações com outros atores sociais.

Por fim, é oportuno observar, como aponta Ferreira (2006) que, embora diversos trabalhos tenham se debruçado sobre a experiência da Universidade do Distrito Federal, poucas são as pesquisas que se voltam para o estudo de campos disciplinares específicos. Nessa perspectiva, o presente estudo busca contribuir para preencher essa lacuna.

Projeto original: compromisso com a formação profissional

Idealizada como centro de documentação e pesquisa dos problemas nacionais, a *Escola de Economia e Direito* tinha por objetivo estudar a organização econômica, política e social do país. Apesar da previsão de implantação de diversos cursos - formação de bacharéis em ciências sociais e jurídicas, administração, diplomacia, economia e finanças – esta Escola dedicou-se, fundamentalmente, à formação de professores secundários de Geografia, História, e Ciências Sociais. Os currículos e programas de ensino ali elaborados evidenciam a preocupação com a construção da identidade nacional, bem como a renovação dos quadros político-administrativos que se daria pela ampliação de oferta da escola secundária, com demanda social bastante expressiva na época.

Embora os cursos de História e Geografia pertencessem à mesma seção de estudos (ciências geográficas e históricas), os dois foram inicialmente desenvolvidos de forma independente, ao contrário do que se processou nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, mais tarde, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde Geografia e História formavam um só curso.

Para a inscrição no curso regular do magistério secundário de História era exigida a conclusão do curso secundário fundamental,² documento de identidade comprovando a idade mínima de 16 e máxima de 35 anos, atestado de idoneidade moral, taxa no valor de 20\$000 (vinte mil réis), além de exames vestibulares de Português e Literatura, Geografia, História da Civilização, Inglês ou Francês (Instruções nº. 1, art.35). Porém, seriam dispensados dos exames os candidatos que apresentassem certificados de aprovação nas disciplinas correspondentes cursadas em escolas superiores, oficiais ou equiparadas, ou que tivessem prestado exame dessas disciplinas para o ingresso nessas escolas (Idem, art. 36).

² De acordo com a reforma do ministro Francisco Campos que organizou o ensino secundário (Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931), este nível de ensino subdividia-se em dois ciclos: ciclo fundamental, de 5 anos e ciclo complementar, com 2 anos de duração.

A formação dos professores secundários de História compreendia cursos de *conteúdo*, *fundamentos* e *integração profissional*.³ Enquanto o primeiro reunia matérias específicas a cujo ensino se destinava o professor, o segundo oferecia matérias de cultura geral indispensáveis ao exercício do magistério da disciplina escolhida. Por último, o curso de integração profissional abarcava os estudos de educação propriamente ditos.

A primeira proposta nesse sentido foi elaborada antes mesmo da inauguração dos cursos, que ocorreu apenas em julho de 1935. Organizada na perspectiva de abarcar os três anos de estudos, esta matriz curricular vigorou apenas no ano letivo de 1935 que se iniciou tardiamente.

Curso de Formação de Professores de História / Escola de Economia e Direito da UDF / 1935

1º Ano

Curso de Conteúdo: História da Antiguidade (4h), História da Idade Média e Moderna (6 h);

Curso de Fundamentos: Inglês ou Alemão - facultativo para alunos com domínio do idioma – (3h), Antropologia (2h), Geografia Humana (2h), Desenho (2h)

2º Ano

Curso de Conteúdo: História da Idade Contemporânea (2h), História das Civilizações na América (3h), História da Civilização no Brasil (3h), Organização de programas e material didático de História (2h);

Curso de Fundamentos: Biologia Educacional (2h- 1º período), Sociologia Educacional (2h-2º período).

3º Ano

Curso de Conteúdo: História da Idade Contemporânea (2h), Inquéritos e Pesquisas (2h);

Curso de Integração Profissional: Introdução ao Ensino (2h-1º período), Filosofia da Educação (2h-2º período), Psicologia do adolescente (2h-1º período), Medidas Educacionais (2h-2º período), Organização e Programas do Ensino Secundário (2h), Filosofia das Ciências (1h), Prática de Ensino (6h).

Fonte: Instruções nº. 3, de 22 de junho de 1935. Arquivo UDF/PROEDES/UFRJ.

Um primeiro olhar sobre este currículo nos leva a perceber a inclusão, no curso de *conteúdo*, de matérias voltadas para o preparo do material didático e organização dos programas da disciplina a ser lecionada. De forma análoga, no segundo ano do curso de *fundamentos*, além das disciplinas de cultura geral destinadas ao aperfeiçoamento dos candidatos ao magistério, observam-se também componentes curriculares da área educacional, como os estudos de Biologia e Sociologia da Educação. Finalmente, reservava-se ao terceiro ano a maioria das disciplinas pedagógicas, cabendo ao curso de *conteúdo* uma carga horária mais reduzida, com destaque para um componente curricular que ensejava a formação do pesquisador: *Inquéritos e Pesquisas*.

³ Conforme publicação da Escola de Economia e Direito sobre a organização dos cursos, programas e informações para admissão. Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, s/ data. Arquivo UDF - PROEDES/UFRJ.

O modelo formativo expresso por este primeiro plano de estudos revela a influência da concepção de Anísio Teixeira para um curso de formação do magistério. Trata-se de um modelo integrado de formação docente (LOPES, 2008) no qual se destaca não apenas um ensaio de articular ensino e pesquisa, mas também a tentativa de integrar as disciplinas específicas com as pedagógicas, conferindo aos cursos uma dimensão mais profissional, característica, aliás, que se transformou em um dos princípios norteadores da UDF.

Na opinião do educador, o segredo da formação docente residia na ligação mais íntima entre as matérias de conteúdo e aquelas que, efetivamente, dessem ao professor subsídios para que desenvolvesse a complexa “arte de ensinar” (TEIXEIRA, 1957). Por isso, a formação pedagógica deveria permear todo o curso, ao invés de sobrepor-se à formação cultural. Dessa maneira, podemos entender sua preocupação em incluir, já no segundo ano do curso de *conteúdo e fundamentos*, disciplinas pertinentes ao campo pedagógico, embora a carga horária mais expressiva dessas disciplinas – tanto práticas quanto teóricas – apareça no último ano de estudos.

O criador da UDF percebia o conflito entre o que chamou de *preparação acadêmica* e *preparação profissional*, argumentando que a primeira visava dar ao estudante o preparo da matéria que vai ensinar por meio de um estudo aprofundado do ponto de vista dos especialistas enquanto a segunda buscava habilitá-lo diretamente para o magistério.(TEIXEIRA,1997). Portanto, a escolha de Anísio privilegiou a formação do professor secundário em detrimento da formação do especialista; este mais voltado para investigações e pesquisas que fizessem avançar o campo específico ao qual se dedicou, o outro mais identificado com as questões do ensino, o que não excluía as atividades de pesquisa, embora estas assumissem uma perspectiva mais aplicada.

A opção por formar especialistas

Em janeiro de 1936, o ex-ministro da Educação Francisco Campos passa a ocupar o cargo de Secretário de Educação do Distrito Federal no lugar de Anísio Teixeira que pedira demissão no mês anterior.

No início do ano letivo de 1936 a situação da UDF era, de fato, preocupante, devido ao baixo número de estudantes inscritos para seus cursos. Na Escola de Economia e Direito, por exemplo, a procura caíra consideravelmente, além de uma evasão considerável de alunos, possivelmente em função do momento político vivido pelo país que ameaçava a continuidade do projeto.

Lourenço Filho continuava à frente do Instituto de Educação, sede da Escola de Educação da UDF e, por meio de correspondência endereçada ao Reitor, manifesta sua opinião acerca dos cursos de formação de professores secundários, discordando inteiramente das normas baixadas por Anísio Teixeira:

[...] As Instruções 1 e 2, baixadas pelo Sr. reitor interino, em data de 22 de junho de 1935 (...) não tiveram qualquer colaboração deste Instituto, direta ou indireta. [...] Não nos parece que a posição mesma dos cursos de formação do professorado secundário, no atual plano de estudos da Universidade, obedeça aos princípios da boa técnica. Pelo menos, não há exemplo de semelhante organização em nenhuma universidade do mundo. E, persistir nessa prática, será reduzir a universidade a uma Escola Normal Superior ou a um “Teachers College”, das organizações universitárias americanas. [...] uma universidade tem objetivos mais amplos e mais complexos, caracterizando-se, sobretudo, pela organização de vários núcleos de estudo, no mais alto nível de pesquisa, investigação e ensino. (LOURENÇO FILHO, 1936)

Em sua opinião, os estudos dos professores secundários deveriam ser integralizados em três anos através de dois cursos autônomos. O primeiro corresponderia em cada uma das Escolas da UDF aos estudos especializados, com a duração mínima de dois anos, findo os quais os estudantes obtinham a *licença cultural*. O segundo, de preparação técnico-pedagógica, com duração de um ano, seria realizado na Escola de Educação, concedendo a *licença magistral* aos futuros professores.

O argumento do diretor do Instituto foi corroborado pela mensagem enviada à Câmara Municipal pelo prefeito do Distrito Federal, Cônego Olympio de Melo. O texto, publicado em junho de 1936 nos *Arquivos do Instituto de Educação*, observa que a Escola de Educação seria responsável pela expedição da *licença magistral* aos candidatos ao magistério que tivessem obtido a *licença cultural* nas outras escolas da universidade. Um novo modelo de formação docente começava a ser desenhado, afastando-se da proposta inicial tal como fora imaginada pelo idealizador da universidade.

Em meio a essa crise, chegam ao Brasil os professores franceses que Afrânio Peixoto contratara para lecionar na UDF.⁴ A atuação desses docentes, especialmente na área da História e da Geografia, tornou-se conhecida devido aos trabalhos de Ferreira (1999) e Machado (2002). Especificamente no campo da História, Eugène Albertini e Henri Hauser ofereceram

⁴ Para compor o corpo docente da UDF Afrânio Peixoto, primeiro reitor da UDF, segue para a Europa a fim de contratar professores para algumas áreas nas quais não havia no Brasil profissionais considerados competentes. De acordo com o trabalho de Marieta Ferreira havia interesse das autoridades francesas em atender a essas solicitações para garantir sua influência no processo de estruturação das universidades brasileiras. Ver a respeito FERREIRA, 1999.

importantes contribuições para a reestruturação dos cursos, sendo responsáveis por algumas mudanças na proposta original.

As análises elaboradas pelo professor Albertini, do *Collège de France*, a respeito do plano de estudos existente, sugeriram o desdobramento de História Antiga em dois cursos; um com ênfase no Oriente e Grécia e outro sobre a civilização romana, ambos com duração de três horas semanais, ampliando assim a carga horária da disciplina (ALBERTINI, s/d a). Responsável por *História Romana* introduziu no programa abordagens que tendiam a privilegiar questões socioeconômicas e elementos da vida cotidiana da população, em detrimento de uma história factual e eminentemente política que se limitava às fontes oficiais (ALBERTINI s/d b).

Henri Hauser, membro do *Institut de France* e professor da *Sorbonne*, participou do grupo fundador dos *Annales*, tendo como companheiros Marc Bloch e Lucien Fèbvre. Especialista em História Econômica da Idade Moderna introduziu esta disciplina no curso de História, cujo programa contemplava as transformações econômicas da sociedade européia desde o Renascimento até a Revolução Francesa. Além das aulas teóricas, propunha exercícios práticos como leitura e crítica de textos, investigações nos arquivos sobre a história econômica do Brasil, apresentação oral e escrita dos trabalhos produzidos pelos alunos.

Sem dúvida, as contribuições trazidas por esses professores alargaram a concepção de história que se tinha até então. Familiarizados com as idéias inovadoras do movimento dos *Annales*, que procurou renovar radicalmente o discurso histórico, Albertini e Hauser, por meio de suas aulas, possibilitaram a aproximação dos jovens estudantes brasileiros com as mais modernas tendências historiográficas da época.

As sugestões de Hauser para o curso de História Moderna confirmavam as prescrições de Albertini para História Antiga e indicavam uma ampliação de carga horária para as disciplinas de conteúdo, em detrimento de certas matérias do programa que não seriam “diretamente essenciais à formação do professor de História”. Em sua opinião, a formação pedagógica deveria ocorrer apenas no último ano. (HAUSER, s/d)

A opinião dos professores franceses parecia estar em sintonia com as idéias dos novos gestores da universidade: um curso de conteúdo mais alargado e uma formação pedagógica feita *a posteriori*, menos preocupada em articular-se à formação cultural. De acordo com as novas Instruções baixadas pelo reitor Affonso Penna Jr., em agosto de 1936, ficavam transferidos para o curso de *integração profissional*, oferecido no terceiro ano de estudos, as seguintes disciplinas: Biologia Educacional, Sociologia Educacional e Organização de Programas e Material Didático de História. (artigo 2º das Instruções nº. 14).

A intenção em legitimar a nova vocação do curso de História aparece no texto curricular e se justifica a partir do discurso autorizado dos professores franceses, especialmente contratados para conferir alto nível de excelência ao curso. De outra parte, as prescrições abalizadas de um especialista em educação, como era o caso do professor Lourenço Filho que acumulava as funções de diretor da Escola de Educação com a vice-reitoria, pareciam apontar para uma nova orientação que acabaria por se tornar hegemônica nos cursos que se dedicaram à formação dos professores para a escola secundária.

Aparentemente recuperada da crise, em 1937, a UDF parecia entrar numa fase mais promissora. Esta é a impressão que se depreende da leitura do relatório elaborado pelo diretor da Escola de Economia e Direito, Edmundo da Luz Pinto, que contém informações detalhadas sobre os cursos da Escola de Economia e Direito (PINTO, 1937).⁵

O currículo do curso de História seria mais uma vez alterado em função das Instruções nº. 16, expedidas pelo Reitor em abril de 1937. Os *conteúdos* seriam ainda mais valorizados com a introdução da disciplina *Pesquisas Históricas e Bibliografia* no terceiro ano sob a responsabilidade do professor Luiz Camillo de Oliveira Netto que, em viagem à Europa, empreendeu o trabalho de coligir nos arquivos de Lisboa e do Porto cópias de documentos raros, enviando esse material para os alunos se dedicarem à pesquisa das fontes históricas.

As disciplinas pedagógicas só eram oferecidas no 3º ano, com carga horária reduzida. Como o ano letivo da Escola de Educação se organizava trimestralmente, cursava-se por um trimestre apenas cada um dos componentes do bloco de *integração profissional*, destacando-se nesses estudos a disciplina Organização e Prática do Ensino Secundário que se desenvolvia em seis horas semanais, num exemplo claro de valorização da prática e das técnicas sobre o aparato teórico.

Por outro lado, a valorização da pesquisa desinteressada e dos estudos monográficos tornou-se a marca distintiva do curso. Nesse sentido, observam-se iniciativas do Diretório Acadêmico, visando promover uma série de conferências, onde eram debatidas questões conceituais, metodológicas e abordagens inovadoras da pesquisa histórica.⁶

⁵.Consta desse relatório o balanço feito pelo diretor da EED no final de 1937 em relação ao número de alunos matriculados nos cursos oferecidos pela Escola que indica um quantitativo de 32 alunos efetivamente matriculados no curso de história, distribuídos assim pelos três anos letivos: 13 no primeiro ano, cinco no segundo e catorze no terceiro. Levando-se em conta os dados de 1935 que contabilizavam o ingresso de 23 alunos nesse curso pode-se apontar uma evasão de quase 40% do corpo discente.

⁶ Como exemplos, cita-se a participação dos alunos Guy de Holanda com a comunicação “O atual conceito de Idade Média”, Eremildo Vianna - “Conceito de História” e Marina Vasconcelos - “Situação da mulher na Idade Média.” Diretório Acadêmico. Conferências realizadas durante o mês de dezembro de 1936. Arquivo UDF-PROEDES/UFRJ. Série Corpo Discente, pasta nº. 7, doc. 067.

Considerações finais

Em janeiro de 1938 a UDF formou a primeira turma do curso de História e, em maio do mesmo ano, a Universidade foi reorganizada pelo Decreto Municipal nº. 6.215.⁷

Pela nova legislação, os candidatos ao magistério secundário de História deveriam ingressar no curso de Ciências Sociais (menção História) onde estudariam por três anos os conteúdos específicos do campo disciplinar e, posteriormente, fariam mais um ano de integração profissional na Faculdade de Educação. A formação de professores, portanto, ampliava-se em um ano, pois não era permitida a concomitância das disciplinas pedagógicas com o terceiro ano do curso básico.

Na verdade, essa mudança confere prioridade conferida à formação obtida no bacharelado em detrimento de uma formação mais voltada para o domínio dos saberes profissionais, conferindo à dimensão pedagógica um caráter meramente complementar. Pelo novo decreto, o “desenvolvimento de uma cultura superior e desinteressada”(art.2º, inciso a) passa a figurar entre as finalidades da UDF que se distancia, assim, de seus objetivos iniciais.

Com a dissolução da UDF em janeiro de 1939 e a transferência de seus cursos para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Decreto-Lei nº. 1063), o curso de História acaba por perder sua autonomia, sendo atrelado ao curso de Geografia.⁸ Após três anos de estudos, conferia-se ao egresso deste curso o título de bacharel em Geografia e História e, com mais um ano do curso de Didática, realizado na mesma faculdade, obtinha-se o diploma de licenciado necessário ao exercício do magistério do curso secundário.

Embora a realização de pesquisas constasse dos objetivos desta faculdade,⁹ a prática investigativa restringia-se ao bacharel que, após dois anos de estudos sob a orientação do professor catedrático da disciplina de seu interesse, poderia defender “tese original de notável valor” (Decreto-Lei nº. 1.190, art. 48, § único).

Esse modelo formativo atravessou décadas e, de certa forma, ainda permanece nos cursos de formação docente. Ao examinar a breve trajetória da UDF foi possível verificar que o projeto original, mais comprometido com a profissionalização e com a formação orgânica do professor, perdeu sua especificidade em razão de uma opção da universidade pela formação de especialistas.

⁷ A Escola de Economia e Direito passou a se denominar Faculdade de Política e Economia com o oferecimento dos cursos de Ciências Sociais, Administração Superior, Economia e Finanças e Jornalismo.

⁸ O Decreto-lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939, que organiza a Faculdade Nacional de Filosofia prevê para o curso de geografia e história o seguinte currículo: 1º ano: geografia física, geografia humana, antropologia, história da antiguidade e idade média; 2º ano: geografia física, geografia humana, história moderna, história do Brasil, etnografia; 3º ano: geografia do Brasil, história contemporânea. História do Brasil, história da América e etnografia do Brasil (artigo 14).

⁹ Artigo 1º do Decreto-lei nº. 1.190: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino.

Referências bibliográficas

- ALBERTINI, Eugène. *Cours de Formation des professeurs d'Histoire. Proposition de modification concernant l'histoire de l'antiquité*. Arquivo UDF - PROEDES, Série Corpo Docente, s/d a.
- _____. *L'état présent des études sur la civilisation romaine*. Arquivo UDF - Centro de Memória ISERJ. Pasta de Programas, s/d b.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº. 1063, de 20 de janeiro de 1939*. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito federal para a Universidade do Brasil (publicado no Diário Oficial, seção II, em 2/2/1939)
- _____. *Decreto-Lei nº. 1.190, de 4 de abril de 1939*. Organiza a Faculdade Nacional de Filosofia.
- DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº. 5.513 de 4 de abril de 1935*. Cria a Universidade do Distrito Federal. Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1935.
- _____. *Decreto Municipal nº. 6.215 de 21/05/1938*. Reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.
- _____. *Arquivos do Instituto de Educação*, v. I, nº. 2, jun. 1936.
- FERREIRA, Marieta Moraes. Os professores franceses e o ensino de história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, M. e VILLAS BOAS, G. (Orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999, p. 277-299.
- _____. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel. L.Salgado. (Org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 139-161.
- GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HAUSER, Henri. *Nature et sens des modifications proposés*. Arquivo UDF-PROEDES, Série Corpo Docente, s/d.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LOPES, Sonia de Castro. Um modelo autônomo e integrador de formação docente: a breve experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1939). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 3, nº 5, p. 147-164, jan./jun. 2008.
- LOURENÇO FILHO, Manoel B. *Ofício ao Reitor, Professor Affonso Penna Júnior, em 13 de maio de 1936*. Arquivo UDF: Correspondência. Arquivo Geral do Instituto de Educação.
- MENDONÇA, Ana Waleska. *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2002.
- PINTO, Edmundo da Luz. *Relatório do Diretor da Escola de Economia e Direito ao Reitor da UDF (1937)*. Arquivo UDF – PROEDES/UFRJ.
- TEIXEIRA, Anísio. Ciência e arte de educar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 28, nº. 68, p. 3-16, out./dez. 1957.
- _____. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. Escola de Economia e Direito. *Organização dos cursos e programas*. Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, s/data.
- _____. *Instruções nº. 1*, de 12 de junho de 1935. Arquivo UDF/PROEDES
- _____. *Instruções nº. 3*, de 22 de junho de 1935. Arquivo UDF/PROEDES
- _____. *Instruções nº. 14*, de 18 de agosto de 1936. Arquivo UDF/PROEDES
- _____. *Instruções nº. 16*, de 24 de abril de 1937. Arquivo UDF/PROEDES
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.